



Imagem gerada por IA (*Midjourney*) a partir dos termos: indigenous contemporary art, a fractured epistemic map, with layered symbols of colonial power and resistance, highlighting tensions between universality and situated knowledge

TRAÇANDO VÁRIOS PLANOS

PRA PODER CONTRA-ATACAR: RACISMO DE ESTADO, GENOCÍDIO E PROIBICIONISMO

Alexander Motta de Lima Ruas  [0009-0005-5715-2843](https://orcid.org/0009-0005-5715-2843)
Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil

Resumo

O presente artigo visa demonstrar como o racismo brasileiro para além do que já conhecemos como estrutural ou o que o Direito entende como crime, está articulado a diversas políticas colonialistas de suporte ao capitalismo, que culmina promovendo no seu fronte urbano o genocídio negro por meio da guerra às drogas, e no campo o indígena por meio das disputas de terra. Usando autores como Fanon, Malcolm X, Achille Mbembe, Audre Lorde e artistas como Don L e Baiana System, o escrito pretende discutir também os temas da violência e contra-ataque, como modos de resistência e militância frente à branquitude e as elites político-econômicas que sustentam a política de aniquilação da população negra.

Palavras-chave

Genocídio negro, proibicionismo, racismo de Estado, violência.

DRAWING UP SEVERAL PLANS TO COUNTERATTACK: STATE RACISM, GENOCIDE AND PROHIBITIONISM

Abstract

This article aims to demonstrate how Brazilian racism, beyond what we know either as structural or what the Law understands as a crime, is linked to various colonialist policies to support capitalism, which culminates in promoting black genocide on its urban front through war on drugs, and the indigen in the countryside through land disputes. Using authors such as Fanon, Malcolm X, Achille Mbembe, Audre Lorde and artists as Don L and Baiana System, the writing also intends to discuss violence and counterattack, as forms of resistance and militancy in the face of whiteness and the political-economic elites that support the policy of annihilation of the black population.

Keywords

Black genocide, proibicionism, state racism, violence.

Submetido em: 31/08/2024
Aceito em: 11/11/2024

Como citar: RUAS, Alexander Motta de Lima. Traçando vários planos pra poder contra-atacar: racismo de Estado, genocídio e proibicionismo. *(des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. e54331, jul./dez. 2024.



Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons Attribution 4.0*.

*"Sua sorte é que quero só muito
Vocês tava fodidos se eu quisesse o justo"¹*

Introdução: o genocídio da população negra - uma estratégia brasileira

Na Argentina, no período da escravidão, entraram 6 milhões de africanos. Em 1778, a Argentina tinha 30% da população de africanos e afrodescendentes, população preta que foi escravizada, assim como no Brasil. Já no censo de 1887, a porcentagem de afroargentinos caiu de 30% para 1,8%. No Uruguai, em 1852, negros representavam 8,8% da população.

O decaimento do número de pessoas deu-se devido ao envio dessa população para guerras que já se sabiam perdidas, sem condições de batalha justa, como a guerra dos espanhóis contra os ingleses, no século XVIII, na Argentina. Já no século XIX, no processo de independência em 1816, negros formavam as companhias exclusivas de negros, chamados de batalhões de libertos, onde, numa promessa de liberdade, ocupavam as posições mais perigosas, e acabavam morrendo. Em outras palavras, o branqueamento populacional deu-se principalmente através da entrega dos corpos à morte, em uma nítida estratégia necropolítica, além da miscigenação e da política de deixar morrer pela febre amarela em 1871.

Ao contrário de outros países que exterminaram a população negra através da convocação à guerra, aqui no Brasil criou-se uma guerra para exterminá-los: a guerra às drogas. Assim, por mais que o alibi utilizado pelo Estado seja o discurso da saúde pública no que toca ao uso das substâncias psicoativas, na prática, o assunto é tratado como de segurança pública, tendo como saldo uma guerra que mata mais do que o próprio uso das substâncias que se persegue.

Hoje sabemos que o índice de jovens negros mortos e presos pela polícia tem estrita relação com o tráfico e o uso de drogas, principalmente a maconha.

1. Estatísticas do genocídio: enegrecendo os dados

Por volta de 1750, no interior da Angola, país africano que teve o maior número de pessoas escravizadas que chegaram ao Brasil, teve 90% da sua população dizimada. Em 1830, cerca de 80% de todos os escravizados que chegavam ao Brasil tinham como origem a região da Costa da Angola. Ainda na África, cerca de 45% das pessoas negras morriam no trajeto entre as zonas de captura e o litoral, de onde saíam os tumbeiros – navios conhecidos como tumbas flutuantes pelo alto índice de mortalidade de africanos – que atravessaram o oceano Atlântico. Entre 10 e 15% dos que eram capturados morriam à espera do embarque; dentre os sobreviventes que embarcavam nos navios 10% morriam na travessia, e ao desembarcar no Brasil, mais 5% perdiam a vida no processo de venda e transporte para as minas ou lavouras do interior. Ao fim do terceiro ano de cativeiro, 15% morriam em terras brasileiras.²

¹ *AURI sacra fames*, por Don L, com participação de Tasha & Tracie.

² Gomes, *Escravidão*, p. 36.

Morria-se de disenteria, febre amarela, varíola, escorbuto, muitos suicidavam-se, além de banzo – nome africano para a apatia e tristeza que tomavam os corpos negros na diáspora forçada.³ Miller⁴ indica que em números absolutos ao longo de 350 anos de tráfico negreiro, entre 23 e 24 milhões de pessoas foram capturadas em todo o continente africano, destas, entre 11 e 12 milhões teriam morrido antes de sair da África. Aproximadamente 12,5 milhões de cativos foram despachados para travessia, sendo o total de mortos nesse processo cerca de 1,8 milhões de pessoas, chegando à América 10,7 milhões de pessoas.⁵ Apenas 9 milhões de africanos sobreviveram aos três primeiros anos de escravidão no novo continente.

Destes, o Brasil recebeu 5 milhões de africanos cativos, 40% do total embarcado, fazendo do Brasil o país com maior número de pessoas oriundas da África, assim como o segundo maior país com população negra no mundo, atrás apenas da Nigéria.⁶

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 20,6 milhões de pessoas no Brasil que se autodeclaram pretas, e 92,1 milhões de pessoas pardas, totalizando 112,7 milhões de pessoas afrodescendentes no Brasil.⁷ Apesar do alto número, as estatísticas de mortalidade, encarceramento, manicomialização e violência policial dessa população são altíssimas.

Segundo os dados do *Atlas da violência* publicado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea), 8 de cada 10 pessoas mortas no Brasil eram negras.⁸ Das 77.847 vítimas no Brasil no ano de 2021, 36.922 eram negras, isso equivale a 77,1% dos mortos. Dentre os Estados com maiores taxas de homicídios de negros, destaca-se o Amapá (60,7), Bahia (55,7) e Rio Grande do Norte (48,9).

Segundo o boletim *Pele alva: a bala não erra o negro* da Rede de Observatórios, no Rio de Janeiro em 2022, o número de mortes de pessoas negras decorrentes de intervenção do Estado é de 1042 de um total de 1330 vítimas.⁹ Na Bahia, que fica em primeiro lugar nesse ranking, das 1465 mortes totais, 1121 são de pessoas negras.

De acordo com os dados da cartilha *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros* elaborada pelo Ministério da Saúde, o índice de suicídio entre jovens e adolescentes negros na faixa de 10 a 29 anos é 45% maior do que entre brancos.¹⁰ Traduzindo em números absolutos, em 2016 a cada 100 suicídios em adolescentes e jovens brancos, ocorreram 145 suicídios entre negros, sendo os jovens do sexo masculino entre 10 e 19 anos a faixa de maior vulnerabilidade. A cartilha aponta que o racismo institucional, preconceito, rejeição e discriminação racial são fatores de risco que vulnerabilizam os jovens.

Apesar da realidade de vitimização dos policiais ser muito heterogênea no Brasil, segundo o *Anuário brasileiro de segurança pública* de 2023, 161 policiais civis e militares foram assassinados no Brasil, destes, 67,3% são homens negros,¹¹ entretanto, estes dados não refletem a totalidade das ocorrências, uma vez que os estados do Rio de Janeiro e

³ Gomes, *Escravidão*, p. 40.

⁴ Miller, *Way of death*, p. 45.

⁵ Gomes, *Escravidão*, p. 37.

⁶ Gomes, *Escravidão*, p. 19.

⁷ IBGE, *Censo demográfico* 2022.

⁸ IPEA, *Atlas da violência* 2023, p. 34.

⁹ Rede de Observatórios da Segurança, *Pele Alva*, p. 8.

¹⁰ BRASIL, Ministério da Saúde. *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros de 2012 a 2016*, p. 6.

¹¹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *18º anuário brasileiro de segurança pública*, p. 32.

Amazonas, não disponibilizaram suas estatísticas de vitimização policial. Assim, a polícia que mata mais negros do que brancos, também é a polícia que tem mais negros como vítimas, ainda que eles não sejam maioria na corporação. Não podemos esquecer que os corpos negros mortos na guerra ao tráfico, fazem parte da máquina capitalística do Estado de moer negros e pobres a partir do proibicionismo. É a mesma lógica que também mata policial negro e pobre.

No mesmo anuário de segurança pública, notamos que atualmente existem no Brasil 832.295 pessoas privadas de liberdade, destas 68,2%, ou seja 444.033 são negras, assim como tal população é mais exposta à criminalidade,¹² e segundo Gomes¹³ é a maioria absoluta entre os habitantes de bairros sem saneamento, luz, segurança, saúde e educação. Do total de mulheres mortas durante o parto, 68,2% delas são negras, assim como recai sobre elas o maior índice de violência obstétrica, incluindo negligência, omissão, violência psicológica, ameaças, tratamento hostil, humilhação, violência física e sexual. De acordo com Silva e Santos¹⁴ no que diz respeito ao mapa da fome, entre 53% e 60% da população brasileira que sofre de insegurança alimentar é negra.

Segundo dados da pesquisa *A distância que nos une - Um retrato das desigualdades brasileiras* da ONG britânica Oxfam, caso a desigualdade social continue diminuindo, apenas em 2089, será possível alcançar a equiparação salarial entre negros e brancos no Brasil.¹⁵ Em 2015, brancos ganhavam em média o dobro do que os negros, e 67% dos negros estão incluídos na faixa dos que recebem até 1,5 salários mínimos; a crise e o desemprego atingem com mais força a população negra, sendo 21,4% de desempregados em 2023, frente a 6,8% entre pessoas brancas. Em 2022, 500 trabalhadores foram resgatados no Brasil em lavouras de cana-de-açúcar, produção de carvão vegetal, cultivo de alho e criação de bovinos para corte em condições análogas à escravidão, sendo que 84% deles são pessoas negras, presas, com documentos retidos ou sem direitos trabalhistas.

Sobre a relação entre profissão e herança escravagista, o Brasil tem a maior população de empregadas domésticas do mundo - 7 milhões de pessoas segundo os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sendo 65% delas mulheres negras.¹⁶ Segundo Gomes,¹⁷ nas quinhentas maiores empresas brasileiras, somente 4,7% dos postos de direção e 6,3% dos cargos de gerências são ocupados por pessoas negras. Em profissões como engenharia, pilotos de aeronaves, professores de medicina, veterinários e advogados, a média de ocupação de pessoas brancas é de 90%. Segundo os dados do INEP do ano de 2022, o Brasil tem 234.778 professores atuando no ensino superior, sendo apenas 58.000 deles pessoas negras, equivalendo a 24,7% do total.

De acordo com o *Relatório de População em situação de rua* do governo federal, no ano de 2022, 68% da população em situação de ruas cadastrada no CadÚnico do governo é negra, assim como 69% das notificações de maus tratos e violência registradas no Sistema de Informação de Agravos de notificação (SINAN) é contra pessoas negras

¹² Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *18º anuário brasileiro de segurança pública*, p. 10.

¹³ Gomes, *Escravidão*, p. 36.

¹⁴ Silva et al., *A cor e o sexo da fome*, p. 6.

¹⁵ Oxfam Brasil, *A distância que nos une*, p. 56.

¹⁶ Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, *Raça e interseccionalidade*, p. 3.

¹⁷ Gomes, *Escravidão*, p. 20

em situação de rua.¹⁸ Dados do *Relatório nacional sobre Tráfico de Pessoas* indica que 72% das vítimas do tráfico de pessoas é negra.¹⁹

Uma leitura ingênua ou implicada com uma produção acrítica poderia fazer a análise desses dados entendendo-os como mera casualidade ou então como apenas fruto do racismo brasileiro, o que já seria muito. Apontamos aqui para outro lugar já fundamentado: o genocídio de Estado enquanto política de eliminação dessas populações. A estratégia brasileira está ativa, e tem na guerra, nos confrontos e na articulação entre *biopolítica* – fazer viver e deixar morrer – e *necropolítica* – fazer morrer – grandes vitórias como observamos nos dados acima.

O conceito de necropolítica foi desenvolvido pelo pensador camaronês Achille Mbembe em seu ensaio *Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de exceção, política da morte* (2003), trazendo à reflexão que o conceito de biopolítica é insuficiente quando tratamos da realidade negra nos países colonizados. Enquanto a biopolítica diz sobre a gerência da vida das pessoas no contexto europeu, a necropolítica pode ser entendida como um projeto que visa matar determinados corpos, tendo o racismo como agente regulador da decisão de quem deve morrer e quem pode viver. Assim, o racismo opera como identificador do inimigo comum da sociedade e a necropolítica como a estratégia para aniquilá-lo. Destruindo o inimigo e a violência que dele emana, tal tática se torna aceita pelo corpo social como uma política de segurança legítima.

Isso faz com que as relações de colonialidade e as discussões étnico-raciais no Brasil sejam prioritárias frente a quaisquer outras questões. Colocar esses dados em análise, somado às experiências concretas de pessoas negras, cartografar a colonialidade e estabelecer políticas reparatórias/facilitar processos de revolução popular precisam ser o foco das produções científicas hoje. Invisibilizar a situação racial, escolhendo não falar dela, é um modo de participar da continuidade das necropolíticas.

2. A motivação principal

As estatísticas acima, velhas companheiras da militância negra, evidenciam que o racismo existe, contrariando o mito da democracia racial;²⁰ porém é preciso ir além dos dados e entender mais profundamente como o racismo se entranha, engana e se disfarça na sociedade brasileira.

A história do racismo em nosso território encontra-se ancorada na desumanização do negro, reduzindo-o ao estado de objeto, como forma de justificar o processo de escravização que foi responsável pela consolidação do capitalismo. Isso ocorreu a partir de um tripé epistemológico que envolveu a igreja, a filosofia e a ciência; cada área dessa retirou das pessoas seus marcadores ontológicos que os caracterizam como humanos. A igreja postulou a crença de que pessoas negras não tinham alma, e que por isso a conversão católica poderia lhes resgatar a condição humana. A filosofia cartesiana desenvolveu a ideia de que pessoas negras não possuem pensamento,

¹⁸ Brasil, *Relatório de População em situação de rua*, p. 12.

¹⁹ Brasil, *Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: dados de 2017 a 2020*, p. 39.

²⁰ Tal mito criado na passagem do século XIX para o XX principalmente pela elite intelectual do país, defendia a ideia de que negros e brancos viviam harmoniosamente e em condições de igualdade de existência no Brasil. Nessa perspectiva, não havia racismo, repressão do Estado ou obstrução do progresso da vida negra, sendo o próprio negro o único responsável por seu possível fracasso.

reduzindo-as a corpos-objetos, e a ciência mais tarde produziu a tese de que pessoas negras não haviam evoluído à condição de seres humanos, estando ainda na classe dos primatas.

Todos esses saberes ao longo dos séculos foram se solidificando, ao passo que no século XIX, o racismo científico estava consolidado, tendo no darwinismo social, na eugenia e no fardo do homem branco, as teses centrais do neocolonialismo.

O racismo pode ser definido como a criação de uma estrutura de políticas econômicas, políticas públicas, de relações institucionais, internacionais, interpessoais, de produção científica, que se utiliza do argumento da inferioridade étnico-racial como álibi para garantir a organização da nossa sociedade, manter o exercício de poder entre poucos e preservar a ordem econômico-social. Tal criação desdobra-se desde a discriminação, preconceito, injúria, impedimentos sociais, vulnerabilidade econômica, epistemicídio, modos de pensar a vida e os outros, até o racismo estrutural e o nanoracismo; entretanto essas modalidades são resultantes da política que organiza socioeconomicamente o mundo moderno. O racismo é um projeto que deu certo por meio da escravidão; ele foi feito meticulosamente para dar certo. Ele é um labirinto muito bem pensado para nos impedir de sair dele.

O racismo pode ser dividido em dois sistemas: o microssistema racista, de cunho étnico-racial, que engloba o racismo estrutural, a injúria, a promoção do auto-ódio, dentre outras práticas interpessoais que impedem, constroem, achacam e aviltam as pessoas negras, e o macrossistema racista, de origem multidimensional, que explica a constante violência executada pelo Estado e outras instituições de suporte ao capitalismo, produzindo o genocídio, epistemicídio, apagamento cultural, a guerra ao tráfico, repressão/opressão, produção da imobilidade social, políticas de não-reparação, a necropolítica e a continuação da colonialidade.

Nesse sentido, é insuficiente o marcador da cor da pele para explicar o atual projeto genocida da população negra, pois ele não é puramente eugenista – como as teorias do século XIX pregavam – e tinham como objetivo o embranquecimento populacional. Hoje estamos diante de uma política de silenciamento que ocorre nas minúcias: apropria-se da cultura que serve ao capitalismo, ao passo que deslegitima a ancestralidade, criminaliza as religiões, os hábitos, depaupera a relação com a vida e com a comunidade, fazendo a manutenção da lógica colonial de que ainda são objetos, desmontando nessas pessoas seus potenciais críticos e de luta. Criaram a mitologia da democracia racial e negação do racismo, como forma de incutir o pensamento da eliminação das diferenças, quando na verdade a política é de eliminação da negritude.

A marca fundamental do ódio e da eliminação das pessoas negras é pelo potencial problema que elas carregam. Quanto mais tempo de vida, mais possibilidade de articulação, aquilombamento, proliferação da consciência racial e de classe, maior chance de resistência e desejo de reparação. Ou seja, a branquitude está em xeque sempre que houver um negro vivo. Ele pode sempre espalhar-se, e com ele carregar a vontade e oportunidade de vingar-se, retomar, destituir, insurgir-se. O genocídio negro tem como objetivo paralisar ou reduzir esse processo. Por isso a figura do capitão do mato se repete em cada esquina: o negro dócil, que ajuda a recapturar e converter, o pastor preto que doutrina os corpos usando terno e gravata – simbolicamente significando uma associação entre as igrejas, as empresas e o capitalismo, a polícia negra que mais mata e mais morre, o político negro que é contra as cotas e políticas de reparação, o ex-presidente da Fundação Palmares, negro, que afirma que não há racismo no Brasil, e que

peças negras são vítimas, dentre muitas outras figuras que representam a perpetuação desse mecanismo.

Não é todo corpo negro que é igualmente visto pelo Estado como disponível ao ataque. Existem corpos mais vulneráveis, que atacam, provocam um potencial de perigo e desestabilização das relações de poder. São corpos que possuem maior chance de desafiar o Estado, corpos negros mais subversivos que outros, não docilizados pela igreja ou pelo sistema.

Todos são negros e perigosos, mas os mais pacíficos e resignados, os menos retintos, os que obedecem a cartilha, os que se recolhem, os que oram em casa ao invés de ir aos bailes funks, os cristãos, os vestidos de acordo com os signos da branquitude, os que jogam o jogo do lado do Estado têm menos chance de sofrer ataques letais, embora sejam considerados ainda como indesejáveis. Indesejáveis também por conta da paranoia branca de que uma hora o contra-ataque chegará.

O mito da democracia racial é um modo de promover a falsa ideia de que na sociedade brasileira somos todos iguais e o racismo não existe, portanto, se assim for, não somos inimigos, não estamos de lados opostos, pois somos iguais. Tal mito objetiva criar uma falsa política da amizade, de modo a deixar resignada a pessoa negra, que não vai à luta, e mais ainda, promove nela a desmobilização e crítica acerca da luta antirracista pois ela entende o branco colonizador – que ganha mil rostos diferentes – como seu aliado, e não como produtor da sua desgraça.

Entretanto, o perigo político para o Estado de uma população achacada/tensionada por ele é enorme, e há medo no ar: medo de revanche, fazendo com que o racismo de Estado²¹ seja uma estratégia estrutural de controle social que visa o enfraquecimento psicossocial e coletivo da população negra. O Estado e o poder vivem nessa corda bamba, pois quanto mais eles oprimem com medo da retaliação, mais cria-se munição para que em algum momento sejam destruídos ou enfraquecidos, mas com a população negra extenuada pelo racismo e pelas condições de vida acachapantes, o contra-ataque fica cada vez mais distante do horizonte, reforçando a tensão racial e o racismo em todos os níveis, pois em time que está ganhando não se mexe.

O poder colonial sempre precisou lidar com o quilombo se insurgindo, com a subversão e revoltas contra o poder, daí a constante necessidade de repressão. As revoltas coloniais nativistas tinham por característica a luta por transformações sociais que eram diretamente ligadas à colonização. Como veremos mais à frente, muitos indígenas foram mortos por varíola ou dizimados por armas de fogo. Hoje, a disputa de terras atualiza essa realidade colonial nos contextos rurais/do interior, assim como a guerra ao tráfico o faz no contexto urbano, fazendo com que a política de extermínio se estabeleça como política de Estado desde a colonização.

O inimigo da sociedade brasileira – o bandido, o traficante, o funkeiro, a macumbeira, a maconheira – têm cor. O racismo ganha um contorno mais refinado: a cor é insuficiente para explicar o ódio, mas é ela quem identifica quem deve morrer. O macrossistema racista afere pela cor, mas a justificativa da política genocida é pelo potencial de dano que uma revolução negra pode causar.

²¹ O conceito de racismo de Estado foi criado por Michel Foucault na década de 70 quando o autor estudava a articulação entre biopolítica e governamentalidade. Para ele, a Modernidade e a criação do Estado Moderno utilizaram-se do homicídio e do racismo como estratégias de exercício de poder sobre as populações colonizadas.

3. Tráfico e capitalismo: objetificação e morte

Entendemos através da literatura que corpos negros foram oficialmente tidos como objetos que podiam ser usados, manipulados, vendidos, açoitados, estuprados, humilhados, mortos, catequizados... A ideia de objeto é perpetuada hoje sobre os corpos negros, corpos estes que não só podem, como devem ser mortos, capturados, presos, torturados, sexualizados e vulnerabilizados. Não é que toda a sociedade verbalize isso, mas esses corpos são politicamente os mais possíveis de fazê-lo. Eles sofrem a descarga de violência mais letal que acompanha a espécie e funda a sociedade ocidental. Tudo incide sobre estes de modo mais impactante e mortífero, sem assustar a ninguém. Fica autorizado que estes estão lá para isso; essa é a reencenação cínica do modo de operação do passado colonial. Quando um jovem em conflito com a lei, apreendido com maconha, está no Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE); quando a criança morre atingida por bala perdida; quando o assaltante é amarrado no poste e é chicoteado por justiceiros brancos; quando um guarda-chuva é "confundido" com fuzil e mata-se o artista indo trabalhar; quando um dançarino negro é baleado na laje de casa; quando pede-se para queimar as mãos de uma criança negra depois do furto de um chocolate no mercado; quando a polícia enforca, sufoca um homem negro suspeito... em todos esses casos e mais em milhões de outros, repete-se a cena colonial alegando-se que é um caso isolado. Tráfico e furto; os dois principais crimes no Brasil trazem à cena a guerra às drogas e o colonialismo, que foi o precursor que permitiu a existência do capitalismo.

A ligação entre tráfico de substâncias psicoativas tornadas ilícitas, capitalismo, produção de subjetivação, racismo, genocídio, e colonialismo é indissociável. O tráfico, mesmo tendo no seu corpo de trabalho uma maioria de pessoas negras periféricas, e muitas vezes críticas ao sistema, não está fora do capitalismo e das relações de colonialidade.

É através da ostentação que muitas vezes o negro favelado consegue se afirmar: ter poder, branquear, possuir – fazendo com que essa diferenciação o coloque em um outro lugar social. Essa captura capitalístico-colonial se utiliza do racismo e da pauperização para alavancar as vendas e produzir desejo. É a cultura de ostentação presente atualmente no tráfico e em muitas favelas que faz girar a roda da desigualdade social e do genocídio do Estado. Se tráfico é sinônimo de dinheiro e poder, o desejo de ir para o tráfico é produzido. Nenhum operador do tráfico oferece o corpo ao sacrifício à toa; é no tráfico que se consegue o prestígio e reconhecimento que nunca se havia experimentado até então. É lugar de destaque e de poder, ainda que não se saiba o tamanho preciso do imenso alvo carregado no corpo que será atingido pela bala do Estado.

Esse tensionamento não se trata de alienar o tráfico do jogo, ou moralizar, colocando apenas o Estado como responsável e o tráfico como vítima. A relação é complexa, e é na micropolítica que conseguimos ver racismo e capitalismo agindo. É no funk ostentação, no trap e nas políticas cognitivas que atuam na favela, que a ligação sujeito-capital tenta fazer emergir o lugar de sujeito no negro através dos objetos que compra. É através dos objetos que consome, que muitas pessoas negras e faveladas paulatinamente deslocadas desse lugar de pessoa, alimentam-se. É através do poder de compra, que aparece o consumidor, e assim, emerge junto a noção de sujeito, daquele que deve ser visto. É aqui que vemos a perversidade da colonialidade: todos precisam consumir.

É o tráfico que produz mobilidade social, e é o tráfico que é alvo do genocídio de Estado. Aquele que até então era objeto, torna-se sujeito a partir do momento que pode ter objetos, pode comprar, diferenciar-se, ou então, objetificar pessoas, principalmente outras mulheres negras. Quanto mais sozinhos, angustiados, com medo, subjetivamente vazios, com a vida desprovida de sentido, mais todos iremos comprar, e isso incide de maneira muito mais terrível em pessoas negras, que já achacadas por todo o processo de colonização que não cessa de se capilarizar, permanecem sendo vulnerabilizadas. Para Lucas Veiga, "a preocupação dos capital-colonizadores contemporâneos está menos em explorar territórios geográficos e mais em colonizar territórios existenciais".²² Com a colonização e o imperialismo europeu estabilizados no século XX, a conservação do capitalismo se dá pela produção de processos de subjetivação que sustentam o consumo e toda a manutenção do sistema. Com o neoliberalismo – estratégia criada para salvar o capitalismo do fracasso – produz-se a ideia de um sujeito livre que ascenderá socialmente caso dedique-se à produtividade e ao ideal meritocrático: só ganha, quem muito faz, obviamente gerando para o sistema mais lucro, pagando muito pouco.

Nesse balaio, precisamos de uma maior nitidez no posicionamento, pois por um lado temos a necessidade e o discurso da reparação social e redistribuição de renda, mas por outro, ao fazê-lo, sem repensar o sistema e criticá-lo, é possível que os ideais brancos sejam automaticamente assumidos como desejo, uma vez que os processos de subjetivação capitalísticos incidem sobre corpos negros fazendo-os reproduzir as lógicas consumistas.

Assim, o próprio ideal de sucesso almejado, muitas vezes representado por pessoas negras que ascenderam socialmente por meio de atividades que as deixam famosas, advém de uma ideia de vida bem sucedida que espelha os valores do colonizador branco e do capitalismo – haja vista o que o trap e o rap norte-americano, por exemplo, produzem em termos de estilo de vida desejados – fazendo com que a representatividade negra funcione como uma mola de propagação neoliberal que endossa o sistema capitalista. O discurso da representatividade invisibiliza pessoas pauperizadas que nada se beneficiam da fama de pessoas negras em ascensão, bem como glamouriza a vida negra, eivada de valores brancos. A representatividade negra de rappers, artistas e jogadores de futebol, por exemplo, servem como marketing para o consumismo de jovens negros, pobres e favelados que, ao almejarem uma vida como a deles, não desejam apenas mobilidade social, mas ostentação, fetichização de marca de roupas, fomentando disputa entre pessoas negras, instaurando a meritocracia: "se você se esforçar, você pode ter".

Na canção "Acelerando" de Orochi, um *trapper* brasileiro que agencia artistas como Oruam, Chefin e Poze, aparece fortemente a síntese disso que estamos analisando

Acelerando pela estrada/Semanas longe de casa/Estúdio e casas lotadas/Amo muito essa vida cara/Tipo um barco que não naufraga/A chama que não se apaga/Revolta que não se cala/Soldado que vence a guerra com a última bala/Apertando o cinto, aumentando o volume, aproveita a viagem/A fuga nas mágoa junto com as safada na hidromassagem/O mal dos humano é julgar o carteiro esquecendo o valor da mensagem/Eu só peço a Deus muita paz e saúde e mais um pouco de malandragem/Acorda pra cuspir, menor/Que a vida é uma só, e ninguém quer viver no sufoco: Tentando lutar contra os meus demônio/O foda é que a vida passa num sopro/Eu quero o que o mundo tem de melhor/Não me importo se vai ser perigoso/Juro que é difícil se controlar/Com tanto poder e dinheiro, tão louco/Sexo,

²² Veiga, *Clínica do impossível*, p. 107.

drogas, luzes, flashes: Maconha, dinheiro, bebidas, mulheres/Acelerando pela estrada atrás do money.²³

Nesse sentido, ser um *trapper* – do inglês caçador – simboliza de certa maneira aderir ao lugar do colonizador. Ao invés de sustentar que o processo de libertação se dê por meio do contra-ataque, destruição e destituição da colonialidade/colonizador, o *trapper* ama e deseja ser, ter poder e esbanjar como ele. Muitas vezes o que o *trapper* caça é os seus iguais, evidenciando uma experiência profunda de auto-ódio que é fruto do racismo e da pobreza. A perspectiva de liberdade viria da habitação do lugar do colonizador, ser como ele, deixando de ser quem tem sido, tentando apagar a sua história e seus demônios que são frutos do próprio processo de colonialidade. Assim, o olhar que muitos negros têm sobre a vida branca revelam desejo:

(...) é um olhar de luxúria, de inveja. Sonhos de posse. Todos os modos de posse: sentar-se à mesa do colono, dormir na cama do colono, com a mulher do colono, se possível. O colonizado é um invejoso. O colono sabe disso, pois quando lhe surpreende o olhar evasivo, constata amargamente, ainda que em estado de alerta: "Eles querem tomar o nosso lugar". É verdade: não há um único colonizado que não sonhe pelo menos uma vez por dia em se instalar no lugar do colono.²⁴

Como pode a favela vencer, se ela ainda permanece sendo o principal alvo do Estado? Como dizer que a favela venceu, se o tráfico criminalizado é alvo não pelo que vende, mas por quem vende? Não se pode dizer que a favela venceu, se quem venceu não volta à favela para partilhar o que ganhou. O paradigma hegemônico é individualista, e não coletivo. No contexto do feminismo negro, Audre Lorde explicita: "Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada".²⁵

O principal alicerce para o surgimento e consolidação do capitalismo foi a escravidão e o colonialismo, entendendo que o tráfico negreiro não aconteceu apenas pela exploração da mão de obra, mas foi grandemente uma exploração de tecnologia e de conhecimento. O que transformou o norte global em um suposto case de sucesso não foi a superioridade, inteligência para finanças, o desenvolvimento de tecnologia, a revolução industrial, e uma política econômica perspicaz como quer supor a história eurocêntrica, mas precisamente o colonialismo, o imperialismo, a escravidão e a exploração territorial do sul global. Assim, o que funda a geopolítica e a mitologia moderna em todos os níveis é o racismo; é ele que abre a possibilidade de subalternizar pessoas e reinos que viviam de maneira complexa e completa há milênios, e que em muito superava várias tecnologias europeias. É que o racismo embaralha as fronteiras, tenta apagar os saberes, e permanece tentando matar quem sobreviveu ao açoite e ao estupro. Assim como a escravidão não foi um acidente, mas uma estratégia de enriquecimento, a política genocida contra a população negra não é um acaso, mas um cálculo bem pensado.

O racismo é um dos principais sustentáculos do capitalismo, tornando-se assim, para além de estrutural, estruturante da sociedade moderna. É ele a política que organiza tudo, e não há como existir capitalismo sem racismo. Para Lucas Veiga, "sendo o racismo

²³ ACELERANDO, por Orochi.

²⁴ Fanon, *Os condenados da terra*, p. 36.

²⁵ Lorde, *Irmã outsider*, p. 166.

engrenagem do capitalismo, este vai operar de modo a perpetuá-lo, visto que o fim do racismo, levaria ao fim do próprio capitalismo como o conhecemos na atualidade”.²⁶

Abdias do Nascimento na década de 70 já denunciava essa ligação, e propunha que a vida aquilombada e a revolução negra têm como princípio não reproduzir as tramas do sistema capitalista que necessariamente produzirão segregação, desigualdade social, má distribuição de renda e racismo. Para Abdias do Nascimento,

(...) cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fosse um mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade mental do negro, e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e o racismo. Tampouco nos interessa o uso ou a adoção de slogans ou palavras de ordem de um esquerdismo ou democratismo vindos de fora. A revolução negra produz seus historiadores, sociólogos, antropólogos, pensadores, filósofos e cientistas políticos. Tal imperativo se aplica também ao movimento afro-brasileiro.²⁷

Assim, por mais que existam níveis de ações antirracistas: 1 – **preventiva**, que se daria através da educação; 2 – **reparatória**, por meio de construção de políticas públicas, é o terceiro nível, que desde o início da Modernidade sustenta um modo de produção em escala global, que caberia como mudança mais efetiva. O nível 3 seria a ação antirracista **disruptiva**, que visa mudança na estrutura de produção de realidade, subjetivação e conjuntura político-econômica. Racializar a história é uma forma potente de não comprar uma narrativa hegemônica que é vendida como versão oficial e verdadeira; quando não a compramos, o mundo sentido e percebido passa a ser outro, e é muito difícil enxergar qualquer coisa no mundo senão pela perspectiva racializada.

4. O grande medo

Para Nina Rodrigues, o Quilombo dos Palmares, foi no século XVII “a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, uma vez que se tivesse sido bem-sucedido, transformaria o Brasil em um novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização”.²⁸

A citação de Nina Rodrigues já premedita o futuro tecnológico racista ao longo do próximo século: não sendo suficiente a eugenia, há de ter outra forma de lidar com o “problema do negro”, ou seja, o negro enquanto problema social e político. Tal problema não se trata apenas da dissipação da cor ou “raça” negra, como já dissemos, mas principalmente dos transtornos potenciais que seriam causados por pessoas negras, que de modo mais letrado e lúcido em relação ao passado/presente escravocrata brasileiro poderia sentir-se convocada a buscar à força aquilo que lhes foi tomado. Creio que todo o esforço que o racismo de Estado faz para aniquilar a sua população negra em todas as frentes – culturais, econômicas, de saúde, segurança pública, educacional... – recaia

²⁶ Veiga, *Clínica do impossível*, p. 107.

²⁷ Nascimento, *O quilombismo*, p. 346.

²⁸ Rodrigues *apud* Gomes, *Escravidão*, p. 20

primordialmente nesse problema: ou seja, “o problema do negro” é ele tomar de volta o que é dele. A ética *sankofa* do “vá e pegue” ensina isso, e parece ser esse o grande medo.

O Estado é, ao mesmo tempo, elite política e cão de guarda da elite econômica brasileira. É ele quem opera o genocídio desejado pela elite econômica, que até hoje centra na propriedade – construída com trabalho escravo – o valor do seu poder e influência. Esse esquema está profundamente assentado na estrutura da classe política e da elite econômica brasileira.

Marielle morre por ser negra, mas também porque desmantelava com a força de seu mandato um sistema de privilégios da elite político-econômica da zona oeste do Rio de Janeiro, que era blindada pelo chefe da polícia, dentre outros políticos, bicheiros, milicianos, pastores e policiais. O medo da afirmação “Marielle presente!” consiste no pavor de uma revolução negra que retome o que lhes foi subtraído paulatinamente ao longo de 350 anos oficialmente além dos 150 anos, pós-abolição.

O conflito de terras que mata Marielle é similar ao que, na região norte, matou Bruno e Dom, Chico Mendes e Dorothy Stang, que é similar às entradas e bandeiras, às missões jesuíticas, à catequese indígena, ao genocídio indígena por varíola, as revoltas dos Malês, a morte de Zumbi, Aquilumbô, Marighella e Mãe Bernadette, a lei do pito do pango e lei contra a vadiagem, ao massacre dos charrua, o desterro dos sete povos das missões, a proibição da capoeira e das rodas de samba no século XX, os ataques aos terreiros de candomblé e a ascensão do Complexo de Israel no Rio de Janeiro, o massacre de Haximu, o espancamento até a morte de Beto Freitas no Carrefour de Porto Alegre e a morte por sufocamento de Genivaldo de Jesus em Sergipe; o suicídio coletivo indígena, o alcoolismo e prostituição nas aldeias...

Todos esses capítulos da história do Brasil têm como fio comum a repressão às resistências afroindígenas que buscavam afirmação de suas existências, aquilombamento ou tomar de volta/redistribuir o que foi roubado pela colonização. A cada vez que se canta “Brasil chegou a vez de ouvir as Marias Mahins Marielles, Malês”, o sonho da maximização do uso do outro para gerar lucro, da acumulação da propriedade privada e da soberania racha um pouco. Não há culpa ou responsabilização branca; há medo de revolta e de retomada. É a angústia paranoide-colonial de ser aniquilado.

Para Mbembe, os colonizadores,

(...) em inferioridade numérica, mas dotados de poderosos meios de destruição, viviam com medo de serem cercados, por todos os lados, por objetos malignos que ameaçavam sua sobrevivência e ameaçavam constantemente subtrair seu sustento: os nativos, os animais selvagens, os répteis, os micróbios, os mosquitos, a natureza, o clima, as doenças, até mesmo os feiticeiros.²⁹

A paranoia branca de ser atacado reforçou ainda mais a sua obsessão pela destruição daquilo que atrapalha a vida. Isso justifica o medo de Nina Rodrigues e outros homens brancos e ricos do século XIX a temer o Haiti. Para Nina, o Quilombo do Palmares era, no século XVII, “a maior das ameaças à civilização do futuro do povo brasileiro”, que se fosse bem sucedido transformaria o Brasil em um “novo Haiti refratário ao progresso e inacessível à civilização”.³⁰ A proposta de branqueamento da população é de apagamento racial, cultural e estético, mas sobretudo uma tecnologia para que no futuro não haja

²⁹ Mbembe, *Políticas da inimizade*, p. 82.

³⁰ Rodrigues *apud* GOMES, *Escravidão*, p. 21.

cobrança sobre qualquer dívida histórica para com as populações escravizadas. O branqueamento almeja uma sociedade de pele clara para dizer "você é branca, livre, já não há mais dívida alguma". A questão parda aqui se impõe; com a miscigenação – estimulada oficialmente durante anos – cinicamente ouvimos: "Não há como/porquê cobrar nada. Não adianta ter sangue negro correndo nas veias, pois se não há fenótipo, não há racismo, portanto não há dívida". O racismo à brasileira tem sido tão perspicaz que para não pagar nada a muitos que quiseram cobrar reparação, tornou-se de marca, e não de origem.

A Revolução Haitiana que ocorreu entre 1791 e 1804 conseguiu a independência da Ilha de São Domingos da França, mas principalmente pôs fim à escravidão e penalizou os colonizadores e donos de escravizados que estavam na ilha. A esse grande medo que se instalou no século XIX foi dado o nome de *haitianismo*: medo da revolta, que, certamente chega no Brasil – momento em que, não por acaso, a eugenia também aparece. O silenciamento e os bloqueios que a ilha sofre após a revolução, espelha o medo de que isso contagiasse outros lugares do mundo, e a colônia se voltasse contra os colonizadores. Uma vez que o mundo soubesse que ex-escravizados tinham feito uma revolução, todo o mito eugenista-colonial que apontava a raça negra como inferior, que não conseguia pensar por si só, cairia por terra. Nesse sentido, durante esse processo, a revolução tinha um significado ambíguo para os colonizadores: por um lado, algo está acontecendo, por outro, isso que acontece sequer pode acontecer, pois escravos são objetos e não têm capacidade de organização. Para a opinião geral, os negros seriam ontologicamente incapazes de conceber a ideia de liberdade, e muito menos formular estratégias para obtê-la.

Assim, o racismo foi e tem sido absolutamente interessante às elites, pois reafirma a ideia historicamente construída de que o negro é inferior, e com isso, subalterniza e tem potencial de produzir uma subjetividade docilizada e conformada com seu *status* de menor, objeto, incapaz ou mais contemporaneamente, a compra do discurso capitalista neoliberal de que "a escravidão foi há tempos; hoje não vivemos mais como antes. Somos livres, então não há mais racismo".

Se houvesse a admissão de que uma revolta estava acontecendo no Haiti, seria reconhecido o estatuto de humano ao escravizado. Apesar disso, tivemos como filhos da revolução haitiana, a revolução de Granada, liderada pelo movimento New Jewel e os Panteras Negras nos EUA.

Para concluir esta e inspirar a próxima seção, convoco Malcolm X:

Sobre a filosofia de não-violência, é criminoso ensinar um homem a não se defender quando ele é vítima constante de ataques brutais (...). Nós acreditamos em obedecer a lei. Em áreas onde o nosso povo é vítima constante da brutalidade e o governo parece incapaz ou não quer protegê-los, devemos formar clubes de rifle que podem ser usados para defender nossas vidas e nossa propriedade em caso de emergência. Devemos ser pacíficos, cumpridores da lei, mas chegou a hora do Negro americano lutar em legítima defesa quando e onde ele estiver sendo injustamente e ilegalmente atacado. Se o governo pensa que eu estou errado em dizer isso, então o governo deve começar a fazer o seu trabalho.³¹

³¹ Silva Neto, *Malcolm X*, p. 185.

5. Os usos da violência

A violência é habitualmente propagada como uma praga, algo que deve ser combatido. O Estado genocida, sempre faz campanha pacifista; a igreja responsável pelas Cruzadas e pela Inquisição sempre tem o discurso da paz mundial. A quem interessa esse discurso? Contra quem a violência empregada é ruim?

Afirmamos aqui a perspectiva de que sem violência não há contra-ataque e que a estratégia pacificadora, amplamente utilizada, é método de docilização dos corpos negros. Desmobilizar, destreinar o corpo para o ataque é uma política social para permanecer destruindo sem que haja resistência. A proibição da capoeira em contraste com a evangelização brasileira é a marca disso. O corpo evangelizado, que dá a outra face, que luta contra Satanás, mas despolitiza a vida, é alvo do adestramento, que é a nítida estratégia de submissão, ocultamento do racismo e das violências cotidianamente sofridas. O discurso anti-antirracismo de grande parte das igrejas que possuem muitos fiéis negros, entende que a pauta racial é da esquerda, portanto deve ser combatida. Tal discurso é uma das maneiras de segregar e deslegitimar a identidade negra, gerando sentimento de despertencimento racial, ao mesmo tempo que favorece o pertencimento ao cristianismo, que é pregado como pauta única dos grupos religiosos. Assim, "somos todos iguais, e tudo deve ser feito em nome de Deus", ou melhor, em nome do branco e da branquitude. Sempre onde houver o deus cristão, seu chamado, seu caminho e suas regras, leia-se "branco", "colonizador" em nome da opressão. O pacifismo moralista cristão é uma ficção inventada pelo colonizador para continuar violentando sem que haja resistência. Com isso, ao longo dos séculos, a violência e agressividade foram entendidas como desvios, restando aos bárbaros e degenerados fazer uso delas. Entretanto, o Estado e a própria evangelização são os dispositivos que mais as efetivam através de sua necrobiopolítica.

Muito raramente encontramos produções científicas que positivam a violência; grande parte delas a criminalizam, conceituando-a como algo maligno que deve ser extirpado, ou desestimulam-na como faz Hannah Arendt no seu livro *Da Violência* (1969), quando afirma que as rebeliões de escravizados não resultaram em nada, apenas pioraram a situação colonial pois os sonhos dos oprimidos de chegarem ao poder nunca tornam-se realidade, e ataca Sartre e Fanon quando diz que:

Sartre com sua grande habilidade retórica deu expressão à nova fé. "A violência", acredita agora, sob a influência do livro de Fanon, "como a lança de Aquiles, é capaz de curar as feridas que infligiu". Se isso fosse verdade, a vingança seria a cura para a maior parte de nossos males. Esse mito é mais abstrato, mais distante da realidade, do que jamais o fora o mito de Sorel da greve geral. Rivaliza com os piores excessos retóricos de Fanon, tais como, "a fome com dignidade é preferível ao pão no cativeiro". Não é necessária qualquer história ou teoria para refutar essa afirmação; o observador mais superficial dos processos que se desenrolam dentro do corpo humano sabe da sua inverdade.³²

A afirmação não traz novidade, principalmente por vir de uma filósofa judia alemã cujo mentor foi Heidegger, onde analisou em seu ensaio *Reflexões sobre Little Rock* (1959) que a questão negra é um problema de negros, ao invés de entendê-lo como um

³² Arendt, *Da violência*, p. 15.

problema branco. Certamente autores brancos temem a afirmação da violência como método, pois sabem que eles serão expostos ou depostos. Caso a violência aconteça, eles serão os primeiros a sofrer com ela, então não há como defendê-la. Outro ponto importante é que, de maneira geral, autores brancos analisam a questão da violência a partir da ótica marxista de revolução e ditadura do proletariado, sem racializar e levar em consideração a realidade do sul global, como é o caso do ensaio *Sobre a crítica do poder como violência* (1921) de Walter Benjamin.

No filme Bacurau, a revanche e o contra-ataque são o tema central. Depois de uma série de mortes perpetradas por estrangeiros, que usam seus habitantes como personagens de um jogo, onde o objetivo é matá-los, na Vila de Bacurau, a população arma-se e parte para a guerrilha armada com os assassinos gringos, matando todos eles ao final. Curiosamente, o fortalecimento da população para a luta dá-se pela ingestão de um poderoso psicotrópico, que os motiva à chacina. O atravessamento violência e contra-ataque é fundamental, pois caso fosse proibido, a mobilização não seria a mesma. Além do reencantamento da vida, dado por vários psicotrópicos, será que eles também não promovem uma experiência pedagógica de criticar a realidade vendida pelas instituições de poder? Ao tomá-los, há como naturalizar a realidade e alienar-se, ou a quem toma tem um potencial mais amplo de desver o mundo para alucinar e maquinar o mundo desejado? O proibicionismo também incide aqui: ele é um modo de anestesiar e desencorajar experiências que favorecem a crítica ao mundo conservador tido como correto.

Para Audre Lorde, a raiva e a devolução da violência são fundamentais para não reter para si tudo de ruim que o racismo provoca. Para Fanon, psiquiatra martinicano, a opressão violenta da colonização, gera sempre o mesmo produto: raiva, dor e loucura, de modo que não devolver a violência é também uma forma de adoecer:

Essa fúria contida, sem poder extravasar anda, em círculos e devasta os próprios oprimidos. Para se libertar desse sentimento, chegam a matar-se entre si: as tribos guerreiam umas contra as outras por não poderem enfrentar o verdadeiro inimigo – e vocês podem contar com a política colonial para alimentar as rivalidades; um irmão, ao levantar a faca contra seu irmão, acredita destruir, de vez por todas, a imagem detestada de seu aviltamento comum.³³

Enquanto o negro, na impossibilidade de extirpar o branco, guerreia contra os seus e contra si próprio munido de auto-ódio, o branco, munido de sua histórica misantropia, busca no negro o objeto mais fácil para descarregar seu ódio, criando da escravização ao genocídio moderno da população preta argumentos racionais para desumanizá-la. Por mais que em *Os condenados da terra* Fanon não esteja falando diretamente da realidade brasileira, principalmente a atual, uma vez que seu livro foi concebido em 1961, a ressonância dele com o que vemos hoje na vida cotidiana de pessoas negras é enorme.

No Brasil, onde a independência de Portugal foi feita pelo filho do rei, e não por meio de processos de descolonização e destruição do mundo colonial pelas mãos negras e indígenas, os sentimentos de raiva, de ainda estar colonizado, de revanche e vontade de reparação, permanecem ativos, ainda que muitas vezes dormentes – já que os colonizadores após a independência criaram profundas raízes no nosso território e permaneceram no poder. A abolição da escravatura, que foi feita de modo a adequar a colônia aos paradigmas internacionais, não nasce do reconhecimento ético-político de

³³ Fanon, *Os condenados da terra*, p. 343.

que a colonização trouxe terror, tortura e genocídio, mas de que não servia mais ao modelo capitalístico a ser implantado; portanto, o sentimento branco hegemônico tanto no Brasil quanto em Portugal, é de que a escravidão sequer devia ter acabado. Na entranha da branquitude, o discurso da meritocracia sabe-se falso e encobre a frequente má remuneração de pessoas negras e o ativo processo branco de impedir que negros tenham ascensão econômica e política, dando o nítido recado de que por eles, os negros que morram. No passado recente, os escravizados libertos não tiveram condições nem de lutar por mudanças, nem de sair das condições que viviam; não eram guerrilheiros, nem humanos aos olhos da sociedade. Não tinham lugar; eram objetos sem lugar.

Essa falta de lugar é denunciada por Lucas Veiga³⁴ com seu conceito de 'afeto-diáspora', expondo que o negro está constantemente experimentando o sentimento de despertencimento: nem africano, nem nativo brasileiro; exilado e longe de suas raízes, mas ao mesmo tempo próximo da cultura branca que o renega. Assim, segue vivendo com a sensação permanente de estar fora de casa, sem estar integrado e genuinamente acolhido onde vive. Não há como sentir-se em casa em um país hegemonicamente antinegro, que inclusive criminaliza a cultura negra e africana. Essa é uma das estratégias necropolíticas do Brasil: a promoção da confusão e fragilização da saúde mental das pessoas negras; com o lugar negado, fica um duplo-vínculo estranho, assim como foi o vínculo de não terem sido responsáveis pela sua liberdade, mas a liberdade conquistada não se transformou em reflexão sobre o que fazer com eles. Foram abandonados.

Durante o século XIX, e ainda neste, houve esforço para dizer que o mau e a violência estavam relacionados à raça, etnia, classe e atributos físicos, vide as teorias dos criminólogos italianos Cesare Lombroso, Enrico Ferri e Raffaele Garofalo; eles partiam do pressuposto eurocêntrico de que tudo que fosse diferente da sua própria imagem era potencialmente perigoso, violento e mau. Tais discursos ainda são tão presentes hoje, que habitualmente a violência é entendida como um atributo individual, interno e psicológico, ou diz de algum grupo degenerado, irracional e naturalmente intolerante. Sendo um ato que externaliza uma raiva pessoal que não teria a ver com um afeto produzido nas relações sociais, raramente é pensada como relação dos jogos de força e como reação do colonizado ao sistema de opressão.

Assim, uma psicologia propositiva de exercícios decoloniais precisa pensar o afeto da raiva e o ato de violência como legítimos em grupos minoritários humilhados pela colonização, e avaliar em que medida através desse sentimento e ação essas pessoas podem se refazer. Como propõe Fanon: "essa violência irreprimível (...) não é uma tempestade absurda nem a ressurreição de instintos selvagens, nem mesmo um efeito do ressentimento: é o próprio ser humano recompondo-se".³⁵

Afinal, que tipo de força deve ser usada para jogar o jogo quando pede-se reparação histórica para pessoas negras e indígenas, redistribuição de renda, reforma agrária e antiproibicionismo? O que devemos fazer quando os jogos políticos majoritários impedem essas coisas de acontecer?

É fundamental pensar na violência como carta que está presente no jogo para ser usada, e se você não usar, todos vão usar contra você. Se a violência não for positivada e apropriada, entenderemos o genocídio estatal e a colonialidade como regra imutável, e qualquer movimento contracolonial como crime, uma vez que o Estado produz o perfil do

³⁴ Veiga, *Clínica do impossível*, p. 102.

³⁵ Fanon, *Os Condenados da terra*, p. 346.

criminoso e do violento a partir daquele que é mais oprimido. Assim, produz-se a narrativa estereotipada da mulher negra raivosa, e do homem negro mau, promíscuo, viciado e ontologicamente violento; porém para estes, “desde o seu nascimento, está claro que aquele mundo estreito, repleto de proibições, só pode ser reformado pela violência absoluta”.³⁶

Numa perspectiva cínica e eurocêntrica, o colonialismo, as Cruzadas, a Inquisição, a Revolução Francesa, o Feudalismo, o Imperialismo, a Partilha da África, as ditaduras civil-militares, as guerras não foram fenômenos violentos; violento é o que vem do outro – do inimigo. No ocidente, onde o cristianismo pede para que o fiel dê a outra face, não questione, tema a deus, seja uma ovelha, e seu principal representante foi açoitado e crucificado por seu próprio pai, a violência estrutural é o que move as sociedades em direção à opressão com o discurso dissimulado de que está levando a civilidade aos bárbaros. Isso que chamamos de humanidade é uma ficção que tem na violência colonizadora, na intolerância e no auto-ódio os fundamentos da sua criação, e é ridículo quando os colonizadores evocam os valores da gentileza, da calma e da piedade, quando eles mesmo só fazem pilhar, matar e devastar.

No prefácio de *Os condenados da terra*, Sartre comenta o escrito de Fanon acerca da realidade das colônias europeias, mas serve perfeitamente para os dias atuais no Brasil, pois a estratégia de colonialismo/colonialidade é antiga e tem os mesmos princípios:

Os colonizados encontram-se encurralados entre nossas armas, que apontam para eles, e essas assustadoras pulsões, esse desejo de matar que brota do fundo do coração e que nem sempre reconhecem: pois de início, não se trata de violência *deles*; é a nossa revertida que cresce e os dilacera. E o primeiro movimento desses oprimidos é enterrar profundamente essa raiva inconfessável que a moral reprova, e que, no entanto, nada mais é para eles do que um último reduto de humanidade (...) nos tempos de impotência, a loucura assassina é o inconsciente coletivo dos colonizados.³⁷

Em 2013 nas jornadas de julho, tudo que a televisão propagandeava era a criminalização da tática *black bloc* e a valorização da manifestação pacífica, a ponto de em todos os jornais que apresentavam matéria sobre elas, salientava-se que “tal manifestação é legítima, pois é pacífica”, condenando todo o contra-ataque produzido pela militância.

Sabemos que havia policiais infiltrados para fomentar o caos e deslegitimar as manifestações, além de policiais e milicianos depredando bancos e lojas, usando máscaras que insinuavam ser *black blocs*, como forma de deslegitimar as manifestações. Ademais, a cavalaria, as bombas de gás de pimenta, amputações, balas de borracha causando cegueira, o acampamento na frente da casa do então governador Sérgio Cabral sendo alvo constante da polícia, isto é, toda a violência estatal sendo posta em prática, enquanto os discursos eram criminalizadores de qualquer contra-ataque.

A violência pensada na sua positividade torna-se método de libertação, uma vez que o racismo e a necropolítica antinegra são métodos de perpetuação da colonialidade que tem como fundamento achacar, desmobilizar e despotencializar a vida negra. Sem os planos para poder contra-atacar, só haverá violência total e genocídio estatal sem

³⁶ Fanon, *Os Condenados da terra*, p. 33.

³⁷ Fanon, *Os condenados da terra*, p. 343.

qualquer tipo de resistência; afinal, a contracolonização não se dará por meio de um acordo amigável ou de um abalo natural da estrutura necropolítica. A conta que a política genocida faz é: precisamos matar negros, mas não todos. Não se pode matar todos, pois o projeto da colonialidade é manter-se no poder. E, para tal, é necessário pessoas negras subalternizadas como mão de obra barata ou para trabalhos que brancos não fazem, de modo que eles sustentem a sociedade e o sistema de opressão que privilegia os mais ricos. Sem pessoas negras, a sociedade acaba.

Para Florestan Fernandes,

uma verdadeira revolução racial democrática, em nossa era, só pode dar-se sob uma condição: o negro e o mulato precisam tornar-se o antibranco, para encarnarem o mais puro radicalismo democrático e mostrar aos brancos o verdadeiro sentido da revolução democrática da personalidade, da sociedade e da cultura.³⁸

Evidenciado o caráter de disputa, é pertinente compreender que a branquitude sempre se municia de seus próprios privilégios para perpetuá-los. Estar em lugares de poder e decisão é fundamental para continuar o jogo antinegro de exclusão e genocídio, que é a sua base de sustentação étnico-econômica. É nesse sentido que o discurso pacifista mostra-se inadequado, afinal, de quais privilégios, de maneira pacífica, as pessoas brancas abrirão mão para que negras ocupem lugares de decisão? De quantas vagas nas universidades, concursos e empregos pessoas brancas, ainda que simpatizantes da luta antirracista abrirão mão naturalmente para que haja um maior equilíbrio étnico-racial? Na hora de pôr isso à prova, o discurso meritocrático é o que impera.

Para Malcolm X, ativista afro-americano da luta antirracista,

Não pode haver unidade entre negros e brancos até que haja primeiro alguma unidade entre os Negros. Não pode haver solidariedade entre os trabalhadores até que haja primeiro alguma solidariedade racial. Não podemos pensar em unir-nos com outros, antes de nos unirmos pela primeira vez entre nós. Não podemos pensar em ser aceitáveis para os outros até que tenhamos provado ser aceitáveis para nós mesmos.³⁹

Talvez seja fundamental, enquanto comunidade, pensar num pacto da negritude onde as pessoas negras possam se aquilombar, devolver as violências e afirmar-se em lugares que habitualmente lhes foram negados. Habitar os espaços de poder construindo alianças entre pessoas negras que favoreçam a comunidade, e não apenas os seus projetos pessoais, é um modo importante de resistir à branquitude que pactua tudo entre brancos, excluindo negros de lugares de tomada de decisão. Nas favelas e periferias frequentemente os pactos acontecem; mulheres indicam outras mulheres negras para vagas de emprego; homens negros ajudam outros homens negros a encontrarem barbeiros, mulheres negras convidam homens negros para gravarem *raps*, e assim as relações comunitárias se ramificam de maneira complexa.

Se um homem branco, bem sucedido, pensa em se associar a outro homem branco, bem sucedido, para potencializar e multiplicar dinheiro e poder, talvez seja fundamental que os fortalecimentos das relações entre pessoas negras dêem-se para

³⁸ Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, p. 313.

³⁹ Silva Neto, *Malcolm X*, p. 277.

entenderem que o inimigo é um só, e tentar virar o jogo, através da ocupação coletiva dos espaços, valorização do saber-poder negro, e instalação de uma política antibranquitude nesses espaços que ocupa. Sabemos que o problema do racismo é essencialmente branco, mas não podemos esperar que brancos o resolvam, quando tudo que eles dizem é que querem permanecer oprimindo.

No momento em que escrevo esse texto, recebo a notícia de que um jovem negro, gay, de 14 anos, bolsista de um colégio de classe alta em São Paulo foi assassinado por seus colegas de turma. Na semana passada ele foi trancado no banheiro por 50 minutos, sofrendo injúrias racistas e homofóbicas; ele contou a escola, chorou com a mãe, mas ontem não podendo mais suportar uma vida sem perspectiva de melhora, se matou. O que teria acontecido se ele tivesse reagido à violência? Como o pacto da negritude pode ajudar a destruir o que faz matar jovens negras e negros? Se a branquitude está confortável demais com o lugar que ocupa, como fazer furar esse leite por meio da violência?

Para Audre Lorde, “a raiva é uma reação apropriada a atitudes racistas, assim como a fúria quando as ações decorrentes dessas atitudes não mudam”.⁴⁰ Na perspectiva dela, pensadora lésbica negra, a devolução da violência e poder sentir essa raiva são itens fundamentais à sobrevivência, uma vez que a raiva, apesar da dor sentida por quem a expressa, quando é silenciada torna-se ainda pior pois despedaça a existência. Assim, a violência é antídoto e veneno ao mesmo tempo, como nos ensina Achille Mbembe.⁴¹

Para terminar, é importante ressaltar que o processo de luta e resistência não acontece sem esgarçamento, desgaste e tensionamento da vida. No prefácio a *Condenados da Terra*, Sartre indica:

Isso não se dará sem perdas terríveis; o exército colonial torna-se feroz: patrulhamentos territoriais, controles ostensivos, reagrupamentos, expedições punitivas, assassinato de mulheres e crianças. Ele sabe que esse homem novo começa a sua vida pelo fim; considera-se um morto em potencial. Vão matá-lo: não é só que aceita o risco, é que tem certeza disso; esse morto em potencial perdeu a mulher, os filhos; viu tantas agonias que deseja vencer, mais do que apenas sobreviver; outros aproveitaram da vitória, não ele: está exausto. (...) Filho da violência, dela extrai a todo instante a sua humanidade.⁴²

De quem exatamente Sartre está falando neste comentário à obra de Fanon? Do traficante? De todas as pessoas negras? De Marielle, Zumbi e dos Malês? Do revolucionário argelino? Ou do futuro revolucionário afrobrasileiro? Talvez de todos esses.

6. Final

Sabemos que o racismo é uma política de Estado que está articulada ao genocídio e proibicionismo, como formas de achacar e desmobilizar a vida negra. Com isso, entendemos que o colonialismo foi refinado e transformou-se na violenta colonialidade que permanece submetendo, oprimindo, povoando as subjetividades e materialidades da vida no Brasil. Através de autores negros como Fanon e Malcolm X, vimos que, apesar dos contextos internacionais serem distintos, a colonialidade fornece efeitos muito

⁴⁰ Lorde, *Irmã outsider*, p. 162.

⁴¹ Mbembe, *Políticas da inimizade*.

⁴² Fanon, *Os condenados da terra*, p. 348.

similares onde quer que ela chegue, uma vez que ela é uma tecnologia muito bem pensada para cindir o mundo em dois – o dos colonos e dos colonizados. Pudemos ver isso através do trap brasileiro, assim como dos rappers norte-americanos, que se espelham no colonizador para construir seu ideal de sucesso, fortificando o capitalismo e depauperando ainda mais a vida negra.

Percebemos também que não houve descolonização no Brasil, pois os valores do colonizador estão decalcados na subjetividade brasileira a ponto de acharmos que somos europeus, brancos e pactuarmos quase que irrestritamente dos valores morais, raciais e religiosos do português do Brasil colonial que se soma às tecnologias neoliberais e de consolidação do capitalismo no século XX.

Assim, a pertinência de retomar essas discussões e autores como Audre Lorde, Fanon, Malcolm X, bem como artistas tais quais Baiana System, Don L, Tasha & Tracie, se dá pelo fato de que essas descrições da realidade se entrecruzam e são extremamente atuais, e o reforçamento da colonialidade está inscrita em cada movimento político hegemônico, seja na bancada ruralista do agronegócio, da evangélica ou dos movimentos patéticos e desesperados da extrema direita.

Devolver a violência, continuar traçando planos, poder sentir raiva e os afetos tristes decorrentes desse processo, fortalecer a cultura afroindígena, montar quilombos e políticas da fugitividade, entender a vida como coletiva e grupal, resgatar os saberes ancestrais, criar os pactos da negritude, ampliar o letramento racial e a consciência de classe, entender que a dívida é impagável, mas que sem luta, quem vai pagar de novo somos nós, além da militância e infiltração na política, desarticulando a hegemonia das elites privilegiadas, são formas de contra-atacar.

Ser militante não é natural, não é um orgulho, mas uma necessidade profunda de alguns; um artifício. A dica é: só seja militante se você não conseguir fazer qualquer outra coisa na vida, se for imprescindível. Estar no fronte é duro, mortífero; seja na luta antirracista, contracolonial, antiproibicionista, antimanicomial ou de qualquer grupo minoritário, e faz parte da armadilha colonial no meio desse processo você se indispor e brigar com os seus aliados. O adoecimento é certo. O Estado e a direita só não reprimem mais a militância pois sabem que ela por si só é adoecedora e tem tendência a se autodestruir pelo peso das batalhas.

A resistência negra, apesar de desgastante e às vezes suicida, dá pistas de que é ancestralmente indestrutível, possui uma espiritualidade firme que a acompanha, portando força de aquilombamento/coletividade que dissolve e fura os esquemas acostumados do mundo e é perseguido também por esse perigo. É perigoso ser lindo, potente, destruidor do mundo branco tenebroso, influenciador da cultura, ser raiz de toda música ocidental atual, da dança, das comidas, fundador da vida no planeta. O cristianismo, apesar da sua grande força física e metafísica, bélica, é de conversão, não possui ligação ancestral com os invisíveis que protegem a vida negra. Estamos no meio de um processo. Convocando Iza para finalizar: “Fé para enfrentar esses filhos da puta.”⁴³

⁴³ FÉ, por Iza.

Referências

- ACELERANDO. Intérprete: Orochi. In: *CELEBRIDADE*. Intérprete: Orochi. Rio de Janeiro: Mainstreet Record: 2020.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- AURI sacra fames. Intérpretes: Don L; Tasha & Tracie. In: *ROTEIRO para Ainouz*. Intérprete: Dom L. Brasília: Caro Vapor Vidas: 2021.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Relatório nacional sobre tráfico de pessoas: dados de 2017 a 2020*. Brasília: MJSP, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012-2016*. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). *Relatório População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponível em registros administrativos e sistemas do Governo Federal*. Brasília: MDHC, ago. 2023.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Trad. Elnice Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.
- FÉ. Intérprete: Iza. In: *FÉ*. Intérprete: Iza. Rio de Janeiro: Warner Chapell Music, 2022.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.
- GOMES, Laurentino. *Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. (v. 1).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2022*. Rio de Janeiro, IBGE, 2023.
- IPEA. *Atlas da violência 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: IPEA, 2023.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider: ensaios e conferências*. 1. ed. 1 reimp. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- MILLER, Joseph. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE E DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO TRABALHO. Brasil: Raça e interseccionalidade. [S.l.], 2022. Disponível em: <https://smartlabbr.org/diversidade/localidade/0?dimensao=raca>. Acesso em: 31 ago. 2024.

OXFAM BRASIL. *A distância que nos une*: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam, set. 2017.

REDE DE OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA. *Pele alvo*: a bala não erra o negro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023.

SILVA NETO, Ernesto da. *Malcolm X: tradução dos discursos, debates e entrevistas em conexão com África e sua diáspora no atlântico negro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, Silvana Oliveira da Silva *et al.* A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cad. Saúde Pública*, v. 38, n. 7, 2022.

VEIGA, Lucas. *Clínica do impossível*: linhas de fuga e de cura. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

SOBRE O AUTOR

Alexander Motta de Lima Ruas

É psicólogo, músico, mestre em psicologia e doutorando do EICOS-UFRJ. É atualmente professor do Departamento de Psicologia de Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense, lecionando e pesquisando a interface da psicologia contracolonial com substâncias psicoativas e racismo de estado.

E-mail: aruas@id.uff.br.